

Recife, 22 de junho de 2020

### **Carta ao arquiteto do pós-fim-do-mundo**

Por Mariana Ribas Cordeiro

Em meio à pandemia de Covid-19, escrevo do novo epicentro mundial da doença. Aqui no Brasil, não estamos alcançando suporte efetivo para gerir a crise de saúde pública e não há previsão para dias melhores. Salvo pela esperança de que a própria natureza se encarregará de estabelecer um estado endêmico menos agressivo e devastador antes que se chegue a algum tipo de solução mais definitiva para a sobrevivência da humanidade neste Planeta Terra.

Desesperadamente, o limite do poço mais fundo já chegou, como canta Macalé no álbum *Besta Fera*: são os “tempo das trevas”<sup>1</sup>, meu bem, já ultrapassamos todos os limites dos limites imaginados. A cada entardecer, uma nova fronteira se reconhece ou se suporta por resignação ou simples apatia. Aqui, nos percebemos tontos e com taquicardia enquanto tentamos existir entre os novos marcos de fim do mundo, todos os dias.

Para além do vírus, o país enfrenta uma série de ondas neofacistas comandadas por um presidente eleito, ameaças a democracia e crescentes ações para deslegitimação e apagamento das alteridades. Ou como se diz além do vírus, um verme com grande poder de destruição. O fantasma da lógica de dominação de uma suposta casta superior cristã, branca, colonial, patriarcal e heteronormativa, que mantém seus privilégios sociais com base no sujeitamento de tudo e todos que lhe parece distinto de si mesmo.

Enquanto bebem leite em rede nacional, promovem suas ações em nome de uma suposta pureza sócio-racial, mesmo não reconhecendo qualquer “pureza” quando tratamos da sociedade brasileira, mestiça e miscigenada. Uma grande ilusão ideologizada e perseguida a ferro e fogo pelos cidadãos de bem, auto nominados guardiões da nação “brasil acima de tudo, deus acima de todos”. As práticas e políticas públicas atuais concorrem para o aumento do já tão sensível fosso social com a supressão dos direitos sociais adquiridos, negação e desvalorização do saber científico, desaparecimento do sistema educacional e de saúde pública, afrouxamento das fiscalizações e regulações ambientais, com a consequente destruição do meio ambiente, investidas ao agronegócio e pecuária industrial em contrapartida à agricultura familiar e práticas agroecológicas, colocando em risco a segurança alimentar da população. Ademais, oferecem incentivos legais para grilagem de terras e remoção de demarcações para territórios dos povos originários e tradicionais, além de fortes investidas para missões civilizatórias nesta população, incentivos a perseguições e hostilizações a todo tipo de prática e cultura que seja distinta do que eles compreendem como padrão, dentre tantas outras atrocidades. Praticam um tipo de política do medo e ódio à

diferença. As declarações e práticas da gestão federal sobre os povos, sobre os vulneráveis e sensíveis deixam claro o desprezo e descaso com a pluralidade cultural deste país. Parece inacreditável que isto esteja ocorrendo em pleno século XXI.

Infelizmente ou ironicamente, este recorte do Brasil atual representa uma grande caricatura de mau gosto da história de dominação humana, das práticas colonizatórias e capitalísticas modernas para exploração e expropriação de riquezas, de genocídio de povos originários e comunidades vulneráveis, de limpeza social, de alisamento e supressão de muitas formas de saberes próprios, de modos de ser e pensar e de construir seus territórios existenciais para dar condições de instalação da história de perspectiva única e da construção de um pensamento único, dominante e hegemônico.

Historicamente, a força impositiva de uma epistemologia dominante, e sua ideia de universalidade, foi promovida baseada na força com que a intervenção política, econômica e militar do colonialismo e do capitalismo modernos se impuseram aos povos e culturas não-ocidentais e não-cristãos. O “epistemicídio”, como chama Souza Santos<sup>2</sup>, seria este processo colonizatório procurou alisar o mundo e com isso forçou a remoção de quaisquer distinções. Este processo conseguiu ainda circunscrever às normas hegemônicas, as experiências culturais e políticas que porventura tenham conseguido sobreviver. E que para existir de algum modo, acabaram subjugadas e associadas a algo marginal, provinda de seres humanos inferiores e tendo, portanto menor valor.

Este paradigma cultural e epistemológico pode ser reconhecido como o paradigma moderno ocidental e representa uma pequena parcela, extremamente limitada e reduzida da diversidade de culturas que circulavam do mundo. Claramente dos povos colonizados e dos que vivem nas bordas do mundo<sup>3</sup> subdesenvolvido, mas também, em menor escala, de outras culturas ocidentais que não tiveram vez e voz no período expansionista ou que ainda seguem à margem. Revisar e ressignificá-las também pode mostrar que existe um “ocidente não-ocidentalista” capaz de se relacionar com a ecologia dos saberes cartografada pelo sul do mundo e novas relações interculturais e epistemológicas<sup>4</sup>.

A construção da nossa sociedade foi e é ainda baseada em uma forte relação de dominação epistemológica, uma relação de saber-poder extremamente desigual. A relação colonial de exploração e dominação persiste. Mantemos um tipo de colonialidade capitalística das relações de poder, onde são reproduzidos estereótipos e muitas formas de exclusão e discriminação. Lembramos que não há epistemologias ou construções deste padrão de mundo que sejam neutras, aliás, não há neutralidade alguma nestes processos.

O sistema de ordem capitalística fabrica e modela a relação do ser humano com o mundo ideado e consigo mesmo, cria indivíduos normalizados, articulados uns aos outros através de sistemas hierárquicos, sistemas de valores e de submissão. Imersos em processos esvaziados do caráter de vitalidade e descontextualizados das práticas existenciais, estabelecidos a partir

de valores universais, assistimos desnorteados a dissolução dos nossos modos de vida e assim acabamos nos insensibilizando.

A partir daí, toda nossa existência é tomada e guiada pelo modo de produção capitalista e ele acaba apresentando-se como nosso empreendedor ontológico especializado na produção de “vida”. Como se na falta dele não fôssemos mais capazes de pensar ou agir, como se ele mesmo fosse o nosso dentro e o nosso fora. É neste mesmo momento que nascem os indivíduos e morrem as possibilidades singulares de produção da diferença.

Mais que um meio de produção, regime cultural e civilizacional o capitalismo regula nossa existência, do modo como nos relacionamos com a espiritualidade, com a natureza e nossas famílias, de como gerimos o tempo, nossa capacidade de concepção e concentração, de como trabalhamos e descansamos, das ideias de ócio e tempo livre, ao modo como nos relacionamos e nos reproduzimos, às formas de produzir e validar o conhecimento científico, a nossas formas de sentir e estar no mundo, de sonhar e imaginar.

O terrorismo subjetivo é isso, é o que alimenta a ilusão deste ideal de mundo, o grau zero do pensamento crítico, alimenta as máscaras da sociedade em sua transparência ficcional, nos impedindo de crer em nossas próprias experiências. Dentro do capitalismo contemporâneo, nossas capacidades pessoais e subjetivas são incorporadas aos anseios e metas dos poderes hegemônicos e do mercado global. Este fato não constitui apenas um nexos abstrato de especulação, mas uma lógica de práticas sociais e políticas.

Outro ponto delicado que precisamos observar diz respeito à produção do saber científico. Na verdade a sua produção e distribuição. Pensar na estrutura disciplinar do conhecimento moderno que ainda rege nosso modo de fazer ciência é reforçar os preceitos ditados pelo colonialismo capitalístico discutido anteriormente.

É preciso lembrar que qualquer recorte de um fato histórico ou de um experimento científico é feito por alguém específico, localizado em um espaço-tempo específico, carregado de interesses individuais, coletivos e mercadológicos e uma série de cargas políticas, sociais, simbólicas, culturais e até genéticas específicas. Não se pode fazer ciência em suspensão abstrata, mesmo que se pretenda. Além da produção, a validação deste conhecimento passa pelo crivo de grupos cujo desempenho acadêmico seja reconhecido pela comunidade científica, que podem ou não autorizar este ou aquele conhecimento como legítimo. Quem valida algo também o faz por um interesse e cargas imbuídas. Aqui também pesa os modelos de mundo idealizados e hegemônicos que regulam o sistema mundial.

Nesta lógica de retroalimentação, há uma disciplina restritiva e produtivista na construção do conhecimento e na constituição do que venha a ser um saber válido. A construção deste saber é balizada pela epistemologia dominante através de suas ideias de verdade. Ao passo que disciplina e organiza o saber, cria outras formas de opressão e desigualdades, reforçando a desigualdade da realidade social de outros modos de produção de conhecimento, fora do campo de verdades reconhecíveis, podendo ou não ser relegados a saberes alternativos.

A construção do conhecimento não é uma prática neutra isenta de afetações e influenciam diretamente que tipos de sujeitos são construídos a partir das implicações e desdobramentos destes conhecimentos nas práticas sociais e culturais. Lembro aqui de Rubem Alves que metaforicamente associava a nossa formação a uma máquina de moer carnes e caso nãooubéssemos numa bandeja retangular, não iríamos para as prateleiras e não teríamos visibilidade, estaríamos descartados e não caberíamos naquele grupo. Não produzimos e reproduzimos padrões, então não servimos.

A arquitetura também não se constitui de uma prática neutra. O espaço não é neutro e, por não ser neutro, ele opera uma diversidade de influências sobre nós e sobre nossas escolhas. Ele atua em como as coisas acontecem. A arquitetura, como espaço construído, tem a capacidade de organizar o cotidiano e assim atua diretamente em nossos corpos.

Enquanto arquitetos, desempenhamos uma função que é socialmente construída, circunstanciada e derivada de uma vida cotidiana com exigências temporais, mentais e sociais específicas igualmente construídas. Funcionamos como uma “roda de engrenagem” da produção capitalista do espaço e somos nós também produtos desta construção. Tudo isso envolve muito mais coisas do que um compromisso pessoal com a produção da cidade ou de uma evolução pessoal individualizada. E isso se aplica a qualquer arquiteto, independentemente da escala de sua intervenção ou seu reconhecimento. Mesmo que pareça carismático, comunista ou todo-poderoso, está envolvido com a construção de um mundo artificial para conter a civilização, com o objetivo de moldar os outros a se adaptarem a suas concepções e desejos pessoais e particulares, ou concepções e desejos pessoais e particulares de uma outra pessoa ou de um poder.

As ações promovidas pelos arquitetos e urbanistas, sejam nas escolas, escritórios ou no âmbito da pesquisa, envolvem irremediavelmente relações de saber, poder e produção de subjetividade. Por isso mesmo o arquiteto e urbanista, enquanto profissional, professor ou pesquisador dever ter consciência da conotação política impregnada em seu trabalho. Para que possamos nos afastar das meras reproduções e propagações dos dogmas instaurados de agir e pensar relacionados a uma arquitetura preestabelecida pela matriz conceitual moderna, que é base da grade projetual e construtiva de nossas escolas, enquanto discurso de verdade absoluta, salvo em poucas exceções, observamos que se faz necessário pensar de que modo é possível inserir o debate de um projeto político na arquitetura.

Apoiando o modelo promovido pelo paradigma moderno, acabamos por incentivar uma formação que homogeneíza. Percebe-se, que grande parte dos arquitetos e estudantes age como se fossem guiados apenas pelo processo imagético difundido pela arquitetura e urbanismo capitalista contemporâneo, tencionando-a ao limite enquanto imagem-materialidade e as simplificações da noção de arquitetura são inevitáveis.

Muito de nosso modo de imaginar o espaço acaba sempre em tentativas de dominá-lo. A história da arquitetura, em sua relação direta com a espacialidade, lida constantemente com esta pretensa dominação demiúrgica. Desde nossos primeiros traços, acabamos por experimentar o mundo como presença objetiva, simplesmente apreendendo as coisas como se nos apresentam com pragmatismo e o caráter de contingência da condição de humanidade é deixado de lado. É esta contingência do espaço vivido em seu rearranjo constante que torna possível a abertura política do campo da arquitetura. Estas mesmas que temos deixado de lado ou tentamos a todo custo circunscrever em modulações materiais de concreto e aço.

Assim, a forma espacial abstrata por si só não pode garantir coisa alguma sobre o conteúdo social, político ou ético das relações que constroem aquela forma. “As formas que as pessoas constroem, seja na imaginação ou no concreto, surgem dentro do fluxo das atividades em que estão envolvidas, nos contextos relacionais específicos de seus envolvimento práticos com aquilo que as rodeia”<sup>5</sup>. Ou como o princípio geral de Foucault: onde toda forma é um composto de relações de forças.

À primeira vista, falar o que quer que seja a favor de uma abertura no campo disciplinar das arquiteturas pode parecer um paradoxo. Mas devemos ter em conta que não é mais de disciplina que se trata, mas de conjunções relacionais para uma aprendizagem mais intensiva e não extensiva. Cada vez mais a arquitetura tem se afastado das necessidades do ser humano e da terra. O que devemos fazer é buscar compreender o que seja o homem de hoje, eletrificado, mecanizado, mortificado pelo que ele mesmo criou, mas que ainda não foi capaz de alcançar e acompanhar toda a sua significação.

Do lugar em que estamos é necessário repensar absolutamente tudo, inclusive nossos modos de construir territórios. O que está em jogo é a sobrevivência humana e de inúmeros ecossistemas no planeta. Tal como nas epistemologias, também não há neutralidade em nossas práticas ou ofícios arquitetônicos. “Eles produzem efeitos concretos sobre outros corpos, na extração de materiais para eles necessários, nas relações humanas por eles engendrados, e até na coprodução da subjetividade ou nos modos de habitar, pensar e sentir por eles parcialmente arranjados”<sup>6</sup>.

A ausência de futuro já começou, é a ruína da civilização global e ela anuncia um presente sem porvir, ao menos para a humanidade ou grande parte dela. Esse fim não corresponde na destruição do planeta, mas ao nosso modo de ser e de estar, enquanto humanidade no mundo<sup>7</sup>. Esta destruição teve início com a corrida civilizatória e da construção de um ideal de mundo padronizado. A ruína civilizatória se dá paradoxalmente a sua hegemonia, baseada no crescimento desordenado a custas do consumo das fontes planetárias provocando um desequilíbrio no sistema Terra que inviabilizará a vida de diversas espécies aqui, inclusive a nossa.

Nosso modo de funcionamento entrou em crise e colapsamos, já se decreta o fim da economia global como a conhecemos. A crise do capitalismo em sua fase neoliberal apenas foi potencializada pela pandemia de covid-19 e evidenciados seus problemas com mais velocidade. Acredita-se que, independente da necessidade de paralisação mundial para conter o alastramento do vírus, o sistema já havia apresentado sua tendência destrutiva<sup>8</sup>.

O mundo já se aproxima da marca de um milhão de infectados e quinhentos mil mortos pelo vírus. No Brasil contabiliza-se a totalidade de um milhão e duzentos mil pessoas contaminadas e cinquenta e cinco mil pessoas que perderam a vida nesta crise sanitária. E ainda há uma altíssima taxa de subnotificações, associadas a discursos negacionistas e incentivo ao retorno de uma normalidade representando o descaso da gestão pública federal com a crise no país.

Krenak lembra que o vírus também é natureza e cumpre o seu papel de se multiplicar e se fortalecer de forma exemplar. Há muita vida além da humana, e dentro do sistema terra

somos apenas um ponto temporal civilizatório que criou um mundo artificial para se manter enquanto dominadores, mas não somos o sal da terra, não fazemos falta na biodiversidade<sup>9</sup>.

A iminência do fim do mundo pode representar uma oportunidade para nos livrarmos da economia capitalista, seus modos de produção e ocupação do território. Substituir o modelo exploratório que visa apenas à produção de riqueza para outro onde haja a distribuição da riqueza existente como uma possibilidade racional.

Existe uma falsa relação dicotômica entre tradição e modernidade, como se na modernidade residisse todo o domínio sobre o futuro e nas tradições, o passado. Como vemos nesta crise, tudo isto não passa de uma grande invenção associada à epistemologia dominante para desqualificar os saberes não ocidentais.

Do ponto em que estamos, nossas chances de sobrevivência enquanto humanidade, estão centradas nas resistências daqueles que eram e ainda são considerados povos atrasados e periféricos. A esperança reside na aprendizagem por outros modos de lidar e experienciar a natureza, individual ou coletivamente. Nas experiências e conhecimentos endógenos e dos processos de produção de conhecimento das ditas sub-humanidades<sup>10</sup> - que apresentem uma relação com a terra e com o mundo material de outros modos, onde Gaia seja parte da organização da comunidade, dos tempos, dos afetos e das produções sociais, políticas e econômicas.

A alternativa passaria por um território onde o homem e a natureza não fossem dispostos em separado e no singular, evidenciando ideias e sensibilidades capazes de reconhecer os diversos modos de lidar com a natureza, faz mais diferentes culturas e sociabilidades. É um lugar de reconhecimento e incorporação das diferenças enquanto legítimas e complementares. Geralmente são sociedades focadas no presente, preocupadas em viver o hoje da melhor maneira possível. São povos lentos, que não estão preocupados com a produção de futuro, que vivem o presente e se atentam aos chamados do tempo e do corpo. Elas estão aí o tempo todo com sua sabedoria secular e ancestral, de certo modo escolhemos não vê-las ou ouvi-las, mas não temos mais tempo para negá-las.

Precisamos incorporar suas experiências ao nosso imaginário, nossos modos de viver e de habitar o planeta dependem de uma mudança de paradigma. O planeta já não suporta as transformações humanas em seu corpo. O vírus é uma resposta objetiva da natureza à ação humana danosa e irresponsável. Toda a ideia que tínhamos sobre a insustentabilidade do desenvolvimento humano predatório e as catástrofes amplamente anunciados por xamãs, mães de santo e cientistas, se tornou um saber comum vivido na pele e nos pulmões, nos dá a condição de criar um sentido distinto para que uma nova história possa ter lugar.

É necessário desacelerar o tempo, acionar os afetos, redescobrir e descolonizar o corpo, cantar, dançar e, como sugere Krenak, viver a experiência mágica de suspender o céu. Essas experiências tem a capacidade de ampliar o horizonte existencial e viver com liberdade<sup>11</sup>. Cuidar do imaginário é cuidar da realidade porvir, é o foco de nossa ação contemporânea e também é política.

Orientando-se através da compreensão foucaultiana de que o corpo é o lugar de construção da ideia de sujeito, da ideia de mundo e, ampliando este sentido, o lugar da própria ideia de ser ou fazer-se arquiteto. O corpo e a formação do próprio sujeito são inseparáveis, não há experiência separada do corpo. O corpo é o ponto de partida e o ponto de chegada deste processo, é onde tudo cruza, atravessa e volta. O corpo é o lócus da própria existência.

Não sei em que tempo-espaço você que me lê está, gostaria de saber se conseguimos sobreviver ou o que nos tornamos a partir daqui. Qual o mundo porvir? Ainda há horizonte? Somos mesmo uma humanidade?<sup>12</sup> Se este corpo que temos já não nos serve mais e precisaremos criar um novo corpo e novas formas de ser e estar no mundo, para que corpos e com que corpos pensaremos nosso ofício e espacialidade? O que seria uma arquitetura para um corpo descolonizado? Ainda existe arquitetura?

As trombetas do apocalipse tocaram na semana passada e nem isso fomos capazes de escutar. Martela insistente em minha cabeça o verso de Caetano -“Existirmos: a que será que se destina?”.

---

<sup>1</sup> Iazana Guizo em **Reativar Territórios: o corpo e o afeto na questão do projeto participativo**. Belo Horizonte: Quintal edições, 2019.

<sup>2</sup> Boaventura de Sousa Santos e Maria Paula Meneses (org.) **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 2009.

<sup>3</sup> Ailton Krenak em **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das letras, 2020

<sup>4</sup> Boaventura de Sousa Santos e Maria Paula Meneses (org.) **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 2009.

<sup>5</sup> Doreen Massey em **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008

<sup>6</sup> Iazana Guizo em **Reativar Territórios: o corpo e o afeto na questão do projeto participativo**. Belo Horizonte: Quintal edições, 2019.

<sup>7</sup> Deborah Danowski e Eduardo Viveiros de Castro em **Há mundo por vir? Ensaio sobre os medos e os fins**. Florianópolis: Cultura e Barbárie: Instituto sócio ambiental, 2014.

<sup>8</sup> Marina Duarte de Souza "**Vírus é o produto da natureza, e crise é o produto do neoliberalismo**", **aponta dossiê** - para o Brasil de Fato | São Paulo (SP) | 08 de Maio de 2020 às 21:00

<sup>9</sup> Ailton Krenak em **O amanhã não está à venda**. São Paulo: Companhia das letras, 2020

<sup>10</sup> Ailton Krenak em **O amanhã não está à venda**. São Paulo: Companhia das letras, 2020

<sup>11</sup> Ailton Krenak em **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das letras, 2019

<sup>12</sup> Ailton Krenak em **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das letras, 2019